



Memória

Antigos aliados, Carlos Eduardo Pirani e Farid Madi romperam no ano passado. Eleitos pelo mesmo partido, o PDT, em 2004, os dois chegaram a trabalhar juntos em 2005, quando Pirani se licenciou para assumir a Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, onde permaneceu por um ano. Em 2007, veio o rompimento, com o presidente da Câmara acusando o prefeito de levar Guarujá à falência.

Na oportunidade, Pirani anunciou sua transferência para o PRP e a consequente pré-candidatura à Prefeitura este ano. Nos bastidores, eles se enfrentaram na Justiça, com o PDT tentando obter a cadeira para a qual Pirani se elegeu. No último dia 4, no mais recente embate, Pirani acusou Farid de superfaturar contratos de aluguel de veículos para compor a frota municipal.

A Prefeitura negou irregularidade e, na última segunda-feira, Farid contra-atacou acusando o presidente da Câmara de superfaturar equipamentos de informática e adulterar projeto de lei incluindo emenda com pedido de liberação de R\$ 3 milhões sem passar pelo crivo do plenário, o que foi negado por Pirani.

Poderes não trocam processos

ASSINATURA

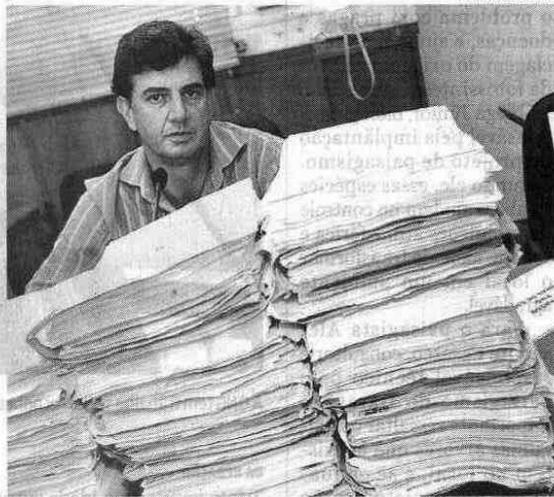
CIDADE

DA REDAÇÃO

O presidente da Câmara de Guarujá, Carlos Eduardo Pirani (PRP), esperou sem sucesso a visita do prefeito Farid Madi à sede do Legislativo na manhã de ontem. Ele havia desafiado o prefeito a trocar processos da Câmara e da Prefeitura para fiscalização mútua e, em caso de irregularidades, encaminhar os casos para investigação do Ministério Público.

Atrás de uma pilha de contratos firmados pela Casa desde que assumiu a presidência, em 2006, Pirani anunciou que vai protocolar no Ministério Público representação pedindo para ter acesso a cerca de 100 contratos firmados pelo Executivo junto à empresas de diversos ramos econômicos.

"Fiz um convite cordial. Depois de termos trocado acusações (de superfaturamento de contratos), acho que o correto seria ambos colocarem tudo à disposição para investigação. Foi o que eu fiz, mas não fui correspondido. Se ele é tão lícito assim, não deveria temer", afirmou Pirani. Ele garante que vai recorrer à Promotoria porque não consegue os docu-



ALEYSANDER FERRAZ

Pirani colocou na mesa a pilha de documentos sobre a Prefeitura

mentos pelas vias convencionais. "Peço e não sou atendido. Pela Câmara, nenhum requerimento é aprovado pela bancada governista. Fica difícil exercer meu papel de fiscalizador", queixou-se.

Pirani elencou cerca de 100 processos, os quais gostaria de fiscalizar, e que se referem desde o primeiro ano da administração Farid Madi, em 2005. Somados, os con-

tratos estão avaliados em mais de R\$ 100 milhões.

Pelo levantamento do presidente da Câmara, os mais elevados são os de pavimentação, conservação e melhorias de vias públicas, que chegam a R\$ 56 milhões e 200 mil; referentes à engenharia de trânsito, R\$ 17 milhões e 300 mil; e serviços de informática, R\$ 12 milhões.

"Um sistema de informática que sequer funciona. As pes-

soas querem parcelar dívidas e não conseguem porque não há cadastro informatizado. Isso é renúncia de receita, um ato de improbidade administrativa", atacou o presidente do Legislativo, que emendou: "Com contratos de saúde e remédios foram gastos menos, R\$ 7 milhões e 300 mil. As prioridades do prefeito são totalmente contrárias às prioridades da população".

Projetos, assessoria, auditoria e levantamentos, conforme o mandatário do Legislativo, custaram aos cofres públicos R\$ 18 milhões e 200 mil.

PREFEITURA

Por meio de nota oficial, Farid afirmou que quaisquer explicações sobre contratos da Prefeitura serão dadas à Justiça, quando assim for solicitado. Quanto ao desafio proposto pelo presidente da Câmara, o chefe do Executivo garante que participará de todos os debates, mas no período eleitoral.

"Política é coisa séria. Não estou em campanha. Tenho uma Cidade para administrar e não vou perder meu tempo discutindo com outros políticos em público".



GUARUJÁ. Segundo o prefeito, PL inviabiliza empreendimentos já instalados

Farid vetará lei que restringe uso do Cing

DA REDAÇÃO

O prefeito de Guarujá, Farid Madi, disse ontem que irá vetar o Projeto de Lei Complementar 004/2007, que transforma o Complexo Industrial e Naval de Guarujá (Cing) em zona turística. Pela legislação atual, o Cing consta do plano diretor como zona especial de interesse público.

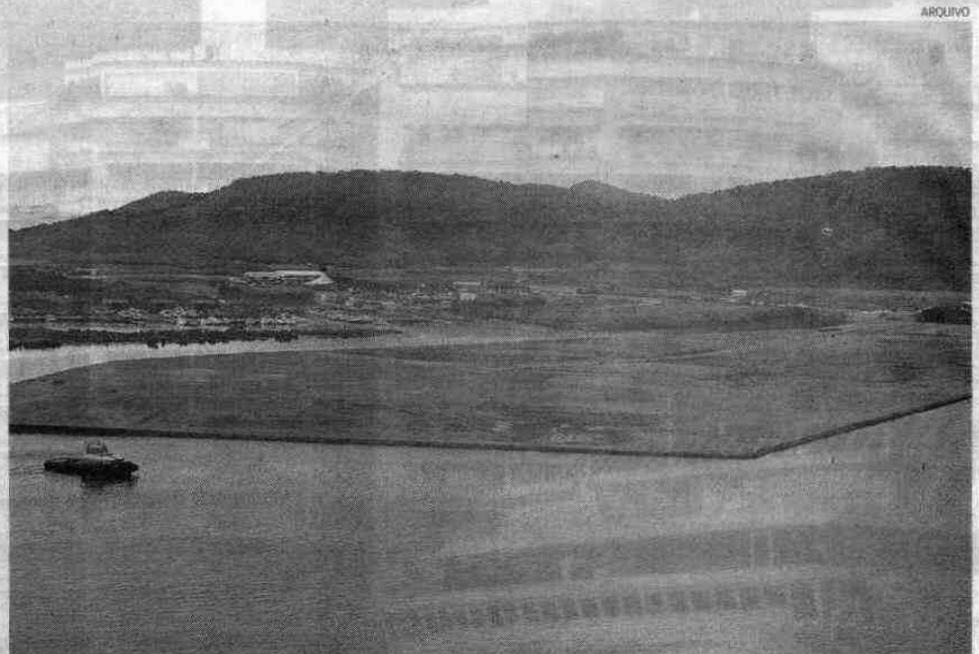
Na prática, significa dizer que seu destino está aberto para receber qualquer tipo de atividade que tenha interesse público.

Em entrevista a *A Tribuna* por telefone, Madi afirmou que o fato de a área estar classificada de tal forma não impede que ela receba atividades com fins turísticos e que, conforme as regras atuais, qualquer empreendimento, para ser instalado, tem de passar pelo crivo tanto da Câmara dos Vereadores quanto do Conselho Municipal de Infra-estrutura.

"Não posso aceitar esse projeto uma vez que ele inviabiliza os empreendimentos que estão lá. Vão chover indenizações na Prefeitura", disse Madi, segundo quem há empresas não poluentes que já adquiriram áreas no Cing e cujos investimentos irão gerar 3.500 empregos. Ele citou especificamente a empresa Tecsis, que exporta pás utilizadas na indústria de geração de energia eólica.

POPULAÇÃO

O presidente do Movimento Defesa seu Lar (MDL), de Guarujá, Sérgio Yamaguchi, afirma que o Projeto de Lei 004/2007, de autoria do ve-



Cerca de 3.500 empregos serão criados com os projetos previstos para o Complexo Industrial e Naval de Guarujá

reador Paulo Piasenti (PSDB), reflete a vontade da população. De acordo com ele, no ano passado, durante a conferência do município — reunião prevista em lei federal, na qual a comunidade debate temas que, geralmente, acabam pautando os projetos dos vereadores — os cidadãos solicitaram que a área do Cing, de cerca de 700 mil metros quadrados, fosse destinada para atividades turísticas.

Tanto o presidente da organização não-governamental como o vereador negam que pelo projeto de lei, já encaminhado ao prefeito, os empreendimentos instalados ali — basi-



camente marinas e estaleiros — terão de deixar o local.

Cerca de 300 mil metros quadrados já foram comprados por um grupo que pretende erguer o Terminal Portuário

de Guarujá (TPG), empreendimento que seria inviabilizado se a lei for sancionada.

Em entrevista a *A Tribuna*, Piasenti disse ainda que a vocação natural daquela área é naval e turística e não portuária e que, ao invés do que os contrários ao projeto disseram, foi convocada uma audiência pública para debater a alteração da classificação do Cing.

Para provar que o projeto de lei reflete a vontade da população, Piasenti sugere a realização de um plebiscito para definir a ocupação do local.



GUARUJÁ

Farid vetará projeto de lei para o Cing

O prefeito Farid Madi vetará o Projeto de Lei Complementar 004/2007, que transforma o Complexo Industrial e Naval de Guarujá (Cing) em Zona Turística. Pela legislação atual, o Cing consta do Plano Diretor como Zona Especial de Interesse Público. **A-17**



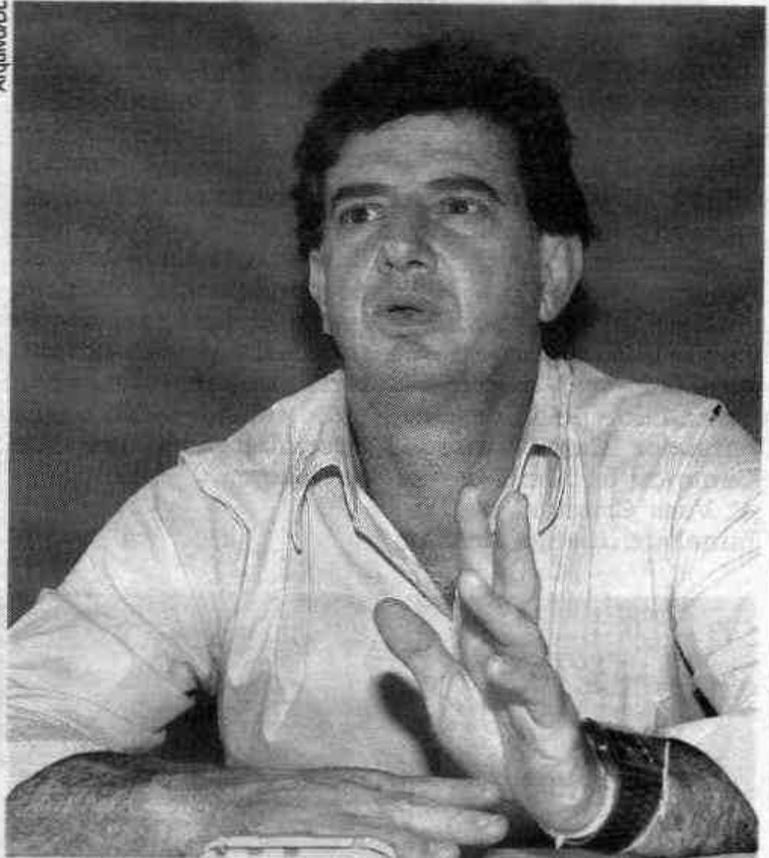
Presidente da Câmara rebate afirmações de Fernandes

Em resposta à matéria publicada no DL na última sexta-feira intitulada 'PT é a favor de comissões processantes', na qual o Partido dos Trabalhadores afirma que é a favor da abertura de uma comissão processante para investigar o prefeito de Guarujá, Farid Madi, desde que seja aberta uma comissão processante para investigar a presidência do Legislativo, o presidente da Câmara, Carlos Eduardo Pirani, se manifestou ontem, também a favor da acatamento das duas denúncias na próxima sessão da Câmara Municipal.

"Sou favorável à acatamento das duas denúncias, inclusive a que é feita contra mim, porque não há nenhuma irregularidade na Câmara. Sou acusado de alterar projeto de lei, mas inclusive a emenda que é citada na denúncia foi retirada, ou seja, não foi sequer votada, tenho todos os documentos para comprovar, inclusive traquiografia", disse Pirani.

Quanto às declarações do presidente do Diretório

Arquivo/DL



PIRANI - "Sou favorável à acatamento das duas denúncias"

Municipal do PT, Nelson Fernandes, que ao se referir às denúncias apresentadas contra o prefeito de Guarujá sobre o suposto contrato superfaturado de locação de veículos para uso do Executivo afirmou que "as

denúncias não passam de um jogo político", Pirani disse que Fernandes desconhece os fatos. "Isso é uma barbaridade. Ele não tem ciência dos fatos e dos verdadeiros preços de mercado dos carros que foram locados", rebateu.



Vereador diz que aterro inviabilizará aeroporto

Terreno de transbordo está dentro da área de segurança do aeródromo da Base Aérea



Fotos Arquivadas

Da Reportagem

Área de transbordo de lixo localizada no Morrinho VI, em Guarujá, pode inviabilizar a implantação do Aeroporto Civil Metropolitano, na Base Aérea de Santos, em Vicente de Carvalho. A afirmação é do vereador Paulo Flávio Affonso Piasenti (PSDB), com base em informações do parecer técnico do Instituto de Aviação Civil (IAC), de 2 de dezembro de 2003.

Piasenti encaminhou solicitação ao comandante do Núcleo da Base Aérea de Santos, tenente coronel aviador Jorge Tebichiane, para que comunique à Prefeitura sobre o risco para as aeronaves devido a proximidade do aterro sanitário com a cabeceira da pista do aeroporto, distante cerca de 7 km. Conforme a resolução do Conama nº 4/95, o tipo de operação praticado no aeródromo da Base Aérea de Santos (SBSI) determina uma Área de Segurança Aeroportuária (ASA) de 20 km.

Na época, a área do aterro distante dois quilômetros da cabeceira 35 da pista da Base Aérea de

degradação ambiental devido ao depósito de lixo e grande concentração de urubus. Porém, esta mesma área degradada estava em fase de recuperação ambiental, conforme parecer do IAC de 2 de dezembro de 2003.

O aterro sanitário denominado C.G.C Piaçaguera, distante 7 km da cabeceira da pista da Base Aérea, administrado pela Empresa de Saneamento e Tratamento de Resíduos LTDA (ESTRE), está em operação desde 7 de janeiro de 2003, com Licença de Operação a Título Precário emitida pela Cetesb.

Em conformidade com o cumprimento das exigências do órgão ambiental do Estado de São Paulo, as condições de instalação e operação do aterro sanitário C.G.C. Piaçaguera dentro da área de segurança aeroportuária do aeródromo da Base Aérea também foram aprovadas pelos órgãos DAIA, IAC e CENIPA.

O IAC concluiu no parecer que não se opunha à atividade, na época, desde que a empresa mantivesse

a degradação ambiental e risco ao tráfego aéreo, uma vez que estava instalada no raio de segurança de um aeródromo.

Aterro coberto

Em nota, a Administração Municipal informou ontem que "a área de transbordo utilizada pela Prefeitura de Guarujá, em Morrinhos IV, é particular. Ela foi devidamente licenciada pela Cetesb e serve para depósito do lixo coletado pelos caminhões da Vital Engenharia Ambiental, com transferência imediata para o Aterro Sanitário do Sítio das Neves, por meio

Prefeitura diz que local de transbordo não está na rota dos aviões

de quatro carretas da empresa. Cada uma delas tem capacidade para acumular o correspondente a três caminhões. Com relação ao Aeroporto Civil Metropolitano, o local de transbordo não está na rota dos aviões. Além disso, não há riscos de incidência de urubus no local, pois a área é coberta. Atualmente, são coletadas 8.500 toneladas de lixo

Piasenti afirma que devido a proximidade da área de transbordo



Vereadora 'está de olho' em locação de veículos

Vereadora de PG critica Administração ao afirmar que muitos carros da Prefeitura têm placas de outros estado

Da Reportagem

A vereadora de Praia Grande, Rosana Esteves (PP), exige saber da Administração Municipal quanto é gasto com locação de veículos para atender a demanda da prefeitura. Em busca da resposta, a vereadora apresentou um requerimento na última sessão, pedindo esclarecimentos sobre o assunto.

A parlamentar percebeu que existe uma grande quantidade de motoristas que residem no estado de São Paulo, mas que estão licenciando seus veículos no estado do Paraná, onde o valor do IPVA é inferior ao de São Paulo. Segundo Rosana, a administração também aluga veículos com as placas de Curitiba, sendo que desta forma, a arrecadação do IPVA segue para o estado do Paraná e não para Praia Grande. "Os 50% de IPVA que são recolhidos teriam que ficar aqui no município e não em Curitiba. A empresa presta serviço para a cidade, mas leva os recursos para a cidade dela. Se a administração não der o exemplo a população faz a mesma coisa".

Rosana ainda acredita que Praia Grande deveria seguir o exemplo de Cubatão, que possui frota própria **(veja mais abaixo)**. "Quando você compra uma frota você ganha um desconto e ainda deixa um bem para o município. Será que é interessante gastar em aluguel ou comprar a frota? Gostaria muito que

os vereadores entendessem a gravidade da questão e fossem favoráveis ao projeto, pois o IPVA que vem para o município ajuda na melhoria de ruas entre outras coisas". A equipe de reportagem do DL entrou em contato com a assessoria de imprensa da Prefeitura, que em nota afirmou que 100 veículos que pertencem a frota de administração são alugados e possuem placas de Curitiba (PR). O valor gasto com aluguel é de R\$ 129.098,98 mensais.

A assessoria informou que desde o dia 1º de junho de 2006, a frota própria foi substituída por carros zero quilômetro alugados. A locação, que inclui manutenção, resultará em 35,31% de economia, em média, aos cofres públicos municipais. O cálculo é da titular da Secretaria de Gestão Patrimonial (Segep), engenheira Raquel Chini.

A secretária aproveitou para esclarecer que "a placa dos veículos locados é de Curitiba porque a empresa fornecedora tem sede na Capital do Paraná. Os veículos têm de ser obrigatoriamente emplacados no domicílio do proprietário".

A prefeitura não divulgou quanto gasta mensalmente com o aluguel de veículos.

Guarujá

Guarujá se encontra na mesma situação de Praia Grande. Hoje, a frota de veículos alugados tem placas de Palmas, no

Nair Bueno/DL



No caso de Guarujá, as placas dos veículos da Prefeitura são de Palmas, no Tocantins

Estado de Tocantins.

Em Guarujá, inclusive, a locação de carros gerou certa polêmica, após a Prefeitura ser acusada de superfaturamento no contrato, segundo denúncia do presidente da Câmara, Carlos Eduardo Pirani.

Segundo matéria publicada no DL, a prefeitura assinou contrato de R\$ 2.537,480 pelo aluguel de 88 veículos para atenderem às secretarias do município durante 12 meses. A vencedora do pregão para três lotes foi a empresa GPV Locadora de Veículos LTDA. Porém, segundo Pirani, a administração estaria superfaturando com a locação, pois segundo informações da tabela de preços da própria empresa, Guarujá poderia ter poupado 33,5% do valor desembolsado, ou seja, R\$ 850.209.

No dia seguinte após a denúncia, agentes do Ministério Público juntamente com policiais do Grupo de Operações Especiais (GOE) foram buscar na Prefeitura os con-

tratos. O prefeito alegou que não há nada a esconder, e que ele estava sendo perseguido pelo MP.

São Vicente

A Prefeitura de São Vicente informou que possui uma frota de 190 veículos. Deste total, 93 são próprios e 97 são alugados. Segundo informações da assessoria, apenas 13 veículos têm placa de outro estado. O custo para o município é de R\$ 169 mil por mês.

Sobre o emplacamento em outro estado, a Prefeitura se explicou dizendo que "a locação de carros é feita por meio de licitação. Ganha a empresa que apresentar o menor preço. A administração não favorece ninguém, abre-se a licitação e as empresas de todo o país se inscrevem. Não há como fazer uma licitação somente com empresas da cidade".

Santos

A Prefeitura de Santos alegou que possui 146 veículos - sendo 119

carros leves e 27 veículos pesados. Além disso, nenhum veículo administração possui placa de outros estados. "No contrato é obrigatório que sejam todos licenciados em Santos". O gasto com aluguel é R\$ 446.736,96 mensais

Cubatão

A cidade de Cubatão a única que possui uma frota própria. Hoje, há 269 veículos incluindo automóveis, caminhões, escavadeiras, pequenos tratores, entre outros.

O diretor de Transportes da Prefeitura de Cubatão, Roberto Carlos Almeida, afirmou que os carros da administração sempre foram próprios. "Nós não alugamos a frota porque temos a preferência de adquirir para se tornar patrimônio municipal. Sai muito barato manter o veículo próprio mesmo havendo o desgaste do automóvel. A última vez que calculamos o aluguel custava 50% do valor da compra e quanto aluguel fica para a cidade".

Em Guarujá, carros da Administração também têm placas de outro Estado



Lazer 1

A comunidade de Morrinhos, em Guarujá, recebe neste sábado mais uma edição do projeto *Rua Feliz*. O evento será das 10 às 15 horas, na Rua Tereza Cristina da Silva Sabino, esquina com a Rua São João Batista (ao lado da igreja). Estão previstas atividades esportivas, recreacionais e apresentações musicais.

Lazer 2

Domingo será realizado o *Domingo de Lazer*, direcionado a crianças dos bairros Vila Mathias, Paquetá e redondezas, em comemoração ao aniversário do bairro Vila Mathias, em Santos. O evento terá cerca de quatro horas e centenas de crianças participarão de atividades lúdicas e recreativas. A atividade tem início às 9h, na Rua Com. Martins, próximo ao nº 52, em frente à Unimonte. O evento é aberto à comunidade.



Boca no trombone



Leitores ligaram para a Redação abordando diversos problemas. Leia alguns:

• Morador da Vila Mathias, em Santos, afirma que buraco na Rua Almeida de Moraes está acumulando água da chuva e atraindo mosquitos.

• Leitor do Morrinhos, em Guarujá, queixa-se da demora para retirar a segunda via do documento de identidade (RG), que já dura meses.

• Moradora do Pae Cará, em Vicente de Carvalho, reclama de falta de médicos de algumas especialidades no pronto-socorro do local.



Agenda

Adesão ao Refis tem prazo prorrogado

Boa notícia para quem ainda não aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis. A Prefeitura de Guarujá decidiu prorrogar o prazo, que terminava no último dia 7, por mais 90 dias, a partir da data de publicação do decreto, para que mais municípios tenham a chance de quitar as pendências tributárias.

O Decreto nº 8.389, que determina a prorrogação, foi publicado no Diário Oficial do Município, no último dia 3. O Refis é um programa de regularização de débitos do contribuinte perante o Governo Municipal, com base em um regime especial de parcelamento de débitos fiscais inscritos ou não na dívida ativa.

São tributos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto Sobre a Transmissão Inter-Vivos a Qualquer Título por Ato Oneroso de Bens Imóveis e Direitos a Eles Relativos (ITBI).

As pessoas interessadas em solucionar pendências tributárias com a Prefeitura devem se dirigir à Central de Recuperação de Ativos, no Anexo Pitangueiras (Rua Mário Ribeiro, 261, em Pitangueiras), de 2ª a 6ª-feira, das 10 às 16 horas. A Divisão de Dívida Ativa da Prefeitura também está atendendo aos sábados, das 9 às 13 horas, mediante agendamento. Para isso, o contribuinte deve ligar para (13) 3389-6030 ou (13) 3389-6032, a fim de marcar o horário a ser atendido.